

Cidades.

Bispo fala sobre violência

O arcebispo de Vitória, dom Luiz Mancilha Vilela, afirmou que o Estado exibe uma "bandeira da morte" e cobrou ações para diminuir a criminalidade. *Página 14*

EDITORA:
CINTIA ALVES
calves@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

TAXA DE MARINHA COBRANÇA QUE COMEÇOU EM 2006 É CANCELADA

Medida vale para proprietários notificados por edital da SPU

▲ RONDINELLI TOMAZELLI
rsuave@redgazeta.com.br

Quem passou a pagar taxa de marinha a partir de um recadastramento de terrenos feito pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em 2006 está livre da cobrança da taxa. E quem já fez o pagamento poderá pedir o dinheiro de volta. A decisão, tomada pela Justiça Federal no Espírito Santo, anulou todas as demarcações que foram realizadas nesse período sem a convocação oficial dos interessados.

A medida valerá para os proprietários que foram notificados via edital, sem serem chamados individualmente pela SPU. Mas não é automática: "Esses moradores terão, agora, que entrar com pedido de revisão na SPU, apresentando a sentença em anexo à solicitação", diz o coordenador do grupo jurídico da ação, Gabriel Coimbra.

A sentença foi dada em 8 de março pelo juiz substituto Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, da 3ª Vara Federal Cível em Vitória, em ação civil pública coletiva movida em agosto contra a União. A ação é da Frente



Entre os bairros com maior número de beneficiados está Bento Ferreira

Parlamentar Contra Taxa de Marinha, presidida pelo deputado federal Lelo Coimbra (PMDB-ES), junto à Associação dos Moradores da Praia do Suá (Ameps), ao Conselho Popular de Vitória (CPV), ao Centro Social de Comunidade Dom João Batista do Bairro Ilha do Príncipe, à Associação dos Moradores da Praia do Canto (AMPC) e à Associação de Moradores do Alto Santa Helena.

"É um marco histórico na primeira ação feita pela sociedade. Não é suspensão provisória, é cancelamento das taxas de marinha dos cadastrados. Embora a decisão seja ampla, vamos recorrer ao mesmo juiz para que estenda o benefício para todos os cadastrados anteriores a agosto de 2006", adianta o advogado.

Seguindo o parecer favorável do MPF, o juiz fede-

ral reconheceu a tese dos autores de que os moradores têm direito de serem notificados individualmente nas demarcações. Ainda segundo a tese, por meio de edital publicado pela SPU, o cidadão não recorre ou defende sua propriedade em processo com chances de ampla defesa. A maioria dos moradores em questão não foi chamada individualmente, mas por edital.

VITOR JUBINI - 26/11/2011

ENTENDA A SENTENÇA

O que ficou decidido

Donos de imóveis que foram cadastrados desde agosto de 2006 como sendo localizados em área de marinha estão livres da cobrança da taxa. Quem já fez o pagamento poderá pedir o dinheiro de volta

Exceção

A medida vale para as pessoas que foram cadastradas via edital e não foram convocadas individual e pessoalmente pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

O que os beneficiados precisam fazer

Quem fez pagamentos da taxa pode solicitar restituição do valor dos últimos cinco anos. Para isso, terá que entrar com pedido de revisão na SPU. A sentença deve ser anexada à solicitação

Beneficiados

Não se sabe o número exato de pessoas, mas será um grupo significativo em 58 bairros de Vitória. Há áreas na mesma situação em Vila Velha, Guarapari e Serra

Frente: medida deve ser imediata e para todos

Como a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) deve recorrer da decisão, a Frente Parlamentar Contra Taxa de Marinha e entidades representativas de Vitória vão ao Ministério Público Federal (MPF) na capital capixaba, na próxima semana. Pedirão que a medida seja cumprida coletivamente, mesmo que cada morador também possa fazer requerimento individual à SPU para pedir anulação da cobrança.

"A medida é para o procurador da República obrigar o cumprimento e evitarmos adiamento. Na mesma velocidade que notificaram, que desnotificuem", frisa o deputado

federal Lelo Coimbra (PMDB-ES), presidente da Frente Parlamentar Contra Taxa de Marinha.

Lelo pediu uma audiência com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para tratar da reformulação da legislação "colonial" do tema. O objetivo é que a proposta chegue ao Congresso já afinada com o governo e não seja engavetada.

Também será pedido à SPU um levantamento para identificar o total de imóveis beneficiados pela decisão. Um recurso busca, ainda, cancelamento retroativo da taxa para todos, independentemente do período de cadastro.



Edição:

Docinhos e guloseimas

SELO-DESCONTO

RECORTE AQUI O SELO PARA ADQUIRIR UM AQUA DANCER

07 selos + R\$ 149,00 = AQUA DANCER

SELO

6

